



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 25/02/19

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Henrique  
Pires

para relatar.

Em 25/02/19

M. W. R. R. R.  
Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER nº**

AO PROJETO DE LEI Nº. 92, de 18 de dezembro de 2018, que:

*“Reconhece de Utilidade Pública a Associação dos Produtores e Criadores do Vale do Longá e dá outras providências”.*

RELATOR: DEP. **HENRIQUE PIRES**

**I – RELATÓRIO**

Apresento, de acordo com os arts. 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno desta Casa, Parecer onde examinamos a constitucionalidade do Projeto de Lei que Reconhece de Utilidade Pública a Associação dos Produtores e Criadores do Vale do Longá, com sede e foro em Esperantina - PI, sendo a iniciativa da proposição de autoria do nobre Dep. Themístocles Filho, conforme estabelece o art. 105, I do Regimento Interno.

Dessa forma, devemos verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

Ao aprofundar o exame da proposição pontuo que não foi encontrado nenhum óbice elencado no art. 97 do Regimento Interno.

Eis o relatório.

**II – VOTO DO RELATOR**

De início, foi visto que a referida Associação apresentou toda documentação necessária para seu registro e funcionamento.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**

Devemos observar o que dispõe a Lei Estadual nº 5447/05, que trata especificamente do Reconhecimento de Utilidade Pública às Sociedades Cíveis, Associações e Fundações, instaladas ou com sede no Estado do Piauí.

Logo, cumprido as exigências legais, opino pela constitucionalidade do pedido de reconhecimento de utilidade pública da aludida Associação.

Quanto ao mérito, a Associação dos Produtores e Criadores do Vale do Longá, tem pôr objetivos principais promover o desenvolvimento agrícola, pecuária, e o extrativismo comunitário rural local e das localidades circunvizinhas da região dos cocais.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legislante do nobre colega Parlamentar e a boa técnica legislativa da proposição sob exame, manifesto-me favoravelmente à sua aprovação.

**III – PARECER DA COMISSÃO**

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento ( X )

Pela rejeição (   )

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 192-104/19
<i>Henrique Pires</i>
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
<i>Justiça</i>

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 11 de março de 2019.

*Henrique Pires*  
DEP. HENRIQUE PIRES  
RELATOR